

**PROJETO HORTAS ESCOLARES: A IMPORTÂNCIA DE AÇÕES
EXTRACURRICULARES NA EDUCAÇÃO E A INTRODUÇÃO DO TEMA
AMBIENTAL**

Aluísio Barreto da Silva

Mestre em história política, gestor público e professor de história no ensino fundamental da SME/RJ
aluisiosilva@rioeduca.net

Thatianna Saint'Anna Gonçalves

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
thatianagoncalves@rioeduca.net

Resumo

O presente artigo tem como objetivo dissertar sobre a importância e a necessidade do desenvolvimento projetos educacionais que envolvam temas ambientais no ensino fundamental através da análise dissertativa, em caráter compilatório e demonstrativo do projeto Hortas Escolares que reuniu unidades escolares de áreas diferentes, contemplando escolas de todas as áreas de abrangências das onze Coordenadorias Regionais de Educação da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro.

Será abordada aqui a experiência do Projeto Hortas Escolares, introduzido na rede municipal de educação do Rio de Janeiro durante o segundo semestre de 2018 e seu funcionamento até o final do ano letivo de 2019.

Será feita a defesa argumentativa da validação de políticas públicas através de projetos e ações pedagógicas extracurriculares que promovem, por meio de suas diferentes linguagens metodológicas, elementos significativos para desafios diferentes da educação e do processo de ensino aprendizagem.

Palavras chaves: Educação; Práticas Pedagógicas; Aprendizagem significativa; Ensino; Hortas Escolares.

SCHOOL GARDEN PROJECT: THE IMPORTANCE OF EXTRACURRICULAR ACTIONS TO REINFORCE THE ENVIRONMENTAL EDUCATION ON ELEMENTARY SCHOOL

Abstract

The objective of this article it is to launch a reflexive look to the importance and the pedagogical potential of an educational initiative that evolves the “environment” subject and his potentiality through public politics.

Here we will Annalise the school gardens experience, initiated at the Rio de Janeiro public education system during 2018 and 2019.

We will write about the importance and the necessity to develop educational projects that evolve the “environment” in the elementary school through the “school gardens” project at the city.

Keywords: Education; Educational Practices; Meaningful Learning; Education; School Gardens.

Introdução

A Educação é sempre fonte provedora de importantes diálogos, pesquisas e contribuições de práticas pedagógicas que se tornam significativas e ganham espaço afirmativo nas considerações para a criação de políticas públicas que visam assegurar a garantia cidadã do acesso à Educação Pública de qualidade.

O projeto Hortas Escolares significou uma reunião processual de práticas e saberes ao longo dos últimos anos com relação indissociável à educação ambiental. A realização deste projeto permitiu a observação sobre aspectos importantes para a formação cidadã e para a dinâmica do processo de ensino aprendizagem de forma significativa. Durante este processo, utilizamos dados quantitativos, metodologias qualitativas de pesquisa e ensino-

aprendizagem, pedagogia da Práxis, procurou-se o desenvolvimento de comunidades de aprendizagem e intervenções socioambientais educacionais localizados em ZAGO (2003), BRANDÃO (2001,2002), FREIRE (1987, 1996), GADOTTI (2005).

O espaço de hortas, como observado ao longo desse processo, contribuiu para repensar práticas pedagógicas, possibilitando a exploração de espaços diferentes da tradicional sala de aula e promoveu práticas, em diferentes Unidades Escolares de forma contextualizada, de vivência, e protagonismo. Os espaços verdes de hortas e jardins ratificaram sua potencialidade para o desenvolvimento de competências importantes para o desenvolvimento de habilidades significativas no processo ensino-aprendizagem.

Através do projeto Hortas Escolares percebemos que as ações extracurriculares demonstraram durante sua prática, em diferentes contextos e realidades do município, potencialidades importantes para enfrentar desafios da Educação Básica na Rede Pública Municipal de Educação e promover interlocuções, vivências e integrações importantes no ambiente escolar.

Registrou-se importante papel para garantir a oferta de uma educação pública fundada nos valores da sustentabilidade, abrangendo o conceito do meio ambiente de forma correlacionada e indissociável da realidade dos estudantes, significando um elemento profícuo para a introdução do relevante processo de ensino-aprendizagem interdisciplinar, provedor de protagonismos e integrador de conhecimentos prévios.

Dessa forma, o espaço de horta na escola significou um ambiente propício para trabalhar disciplinas curriculares tradicionais de maneira interdisciplinar, em associação com conhecimentos extracurriculares importantes para a realização de

competência e o desenvolvimento de habilidades orientadas pela Base Nacional Comum Curricular.

Histórico do projeto

A memória do Projeto Hortas Escolares apresenta-se como elemento importante como ponto de partida para iniciar este artigo, e garantir a compreensão do processo deste. O registro do processo de orientação desta ação pedagógica processual permite entender como este projeto educacional foi iniciado. Experiências de hortas escolares fazem parte da história do caminhar das escolas municipais do Rio de Janeiro, significando uma tradição pedagógica na Rede Pública Municipal de Educação, principalmente em regiões menos urbanizadas da cidade.

Em 2018, por meio do recurso federal Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE Qualidade), as unidades escolares contempladas por este programa organizaram oficinas extracurriculares contextualizadas a cada realidade escolar a serem ofertas aos alunos. As oficinas buscavam o maior engajamento dos alunos e da comunidade escolar em ações pedagógicas relevantes, visando promover o protagonismo, senso de pertencimento, atratividade e senso criativo/investigativo associado ao currículo escolar. A proposta de ações extracurriculares é reconhecida como significativa por tais características e, desta forma, condiciona, o enfrentamento dos desafios da oferta de um ensino público criativo e da evasão escolar. Estes estão sempre em pauta nos diálogos pedagógicos e considerações acadêmicas em relação à garantia efetiva da educação de qualidade no Brasil.

Um número expressivo das unidades escolares contempladas com o PDDE Qualidade apresentou interesse em realizar atividades pedagógicas por meio de ações como implantação de hortas.

Desse modo, mediante ao contexto de interesse manifesto pelas unidades escolares, houve a observância e compromisso da Coordenadoria de Projetos de Extensão Curricular (E/SUBE/CPEC), que, ratificando sua responsabilidade com as ações pedagógicas nas Unidades Escolares, organizou o Projeto Hortas Escolares.

Tal projeto foi criado visando garantir subsídio de orientações e apoio necessário, seja de ordem técnica específica para promoção desses espaços verdes, seja de ordem pedagógica, para que as escolas implantassem os espaços pedagógicos de hortas e jardins com maior possibilidade de êxito de suas propostas educativas.

Desse modo, a partir do segundo semestre de 2018, as unidades escolares iniciaram tais ações de oficinas de hortas e jardinagem com o acompanhamento do Projeto Hortas Escolares com o objetivo de fornecer apoio e orientação para a implantação das oficinas e o uso dos recursos que estas escolas receberam via PDDE qualidade neste ano.

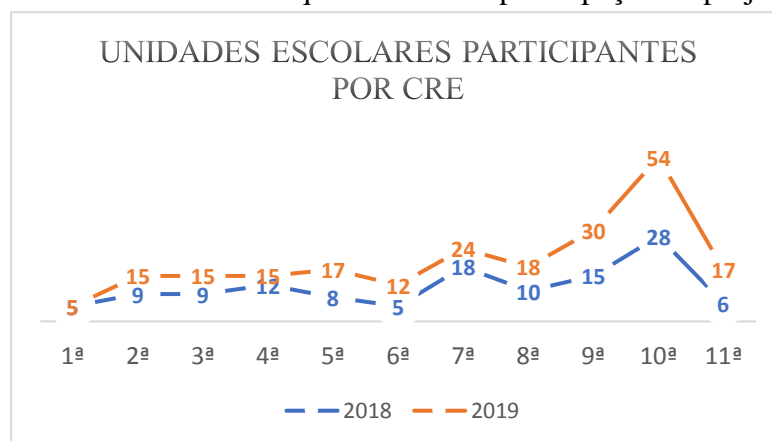
A Coordenadoria de Extensão Curricular (E/SUBE/CPEC), utilizou como estratégia primeira apoiar tais Unidades Escolares por meio do suporte de profissionais qualificados. Com esta finalidade, foi mapeado na Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro, um grupo de servidores professores formados em Ciências Agrícolas e estes foram os primeiros servidores a serem convidados a pensar juntos com a Coordenadoria de Projetos de Extensão um projeto pedagógico para atender as Unidades Escolares.

A atuação destes profissionais foi de grande relevância, contribuindo para a elaboração da proposta do projeto e para o acompanhamento das ações pedagógicas significativas que surgiam naquele momento, garantindo apoio técnico e orientação, criando uma rede de interlocução entre a secretaria e as unidades escolares em parceria com as coordenadorias regionais.

A partir 2019, com o bom acolhimento das oficinas de hortas e jardinagem pelas diferentes comunidades escolares e o anseio de novas por implantarem espaços pedagógicos verdes de interlocução e vivência de saberes e valores, reconheceu-se a necessidade de aumentar o número de servidores e garantir formação apropriada que subsidiasse tais profissionais. Isto visava atender de forma eficiente as unidades escolares que solicitaram adesão ao Projeto durante este ano letivo. Portanto, ofereceu-se um curso de formação em parceria com a Fundação Parques e jardins, o “Projeto FlorEstar carioca” que formou cerca de 20 pessoas entre professores, agentes educadores, diretores e membros da comunidade escolar. Tal formação tinha o objetivo de capacitar seus participantes a construir e manterem seus espaços verdes nas escolas que representavam.

Abaixo temos o número de Unidades Escolares ligadas ao projeto entre os anos letivos de 2018 e 2019:

Figura 1 - Unidades Escolares que solicitaram participação no projeto.



Fonte: Gráfico criado pelos autores baseado em registro do projeto.

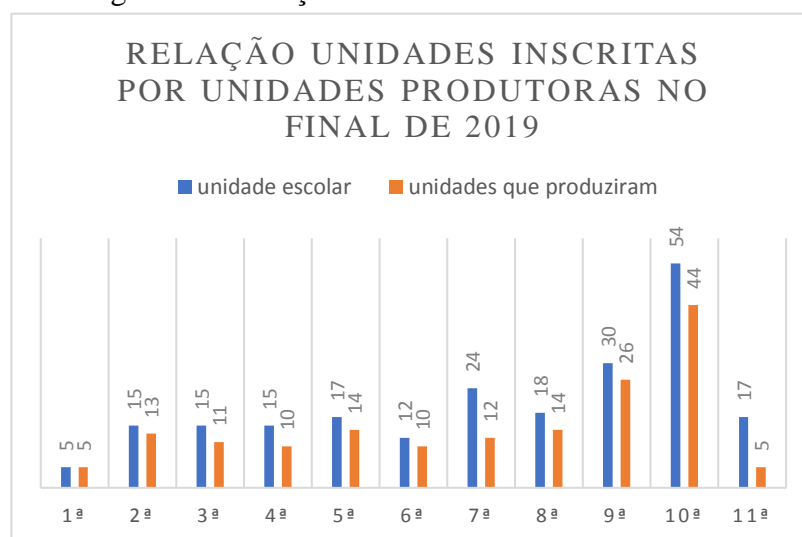
Percebemos um crescimento desigual do interesse pela participação no projeto de unidades escolares de toda a rede. Entretanto, as unidades localizadas em coordenadorias mais afastadas da região central da cidade exibem um maior interesse na temática e esta alta adesão pode ser explicada pelo histórico

interesse destas unidades localizadas na zona oeste pela prática de ações educacionais que envolvam o meio ambiente através da iniciativa de diretores e professores de maneira individual.

Estes números corroboram o interesse de direções e professores da rede em buscar práticas educacionais que tirem do tradicional a forma de transmitir o conhecimento. Esta adesão também indica o importante caráter disseminador que uma ação extracurricular tem no âmbito da educação ambiental praticada de maneira interdisciplinar no ensino básico.

Entre as unidades inscritas no projeto, algumas conseguiram construir seus espaços verdes e outras não. Vejamos a relação entre número de unidades que participaram do projeto em 2019 com as que conseguiram colher ou plantar algo em seus espaços escolares:

Figura 2 - Produção das Unidades Escolares



Fonte: Gráfico criado pelos autores baseado em registro do projeto.

Foram consideradas unidades que produziram as quais conseguiram montar seus espaços verdes, seja seu jardim ou sua horta assim como a compostagem que era instruída pelo projeto através de formações locais. O entrave mais comum era a necessidade de escolher entre construir o espaço ou promover reparos na unidade.

O projeto atendeu creches, escolas de desenvolvimento integrado, ginásios experimentais e escolas de primeiro e segundo segmento da rede municipal em todas as coordenadorias e, até o final do ano letivo de 2019, as adesões seguiam uma tendência crescente. A imagem a seguir exemplifica um trabalho realizado no EMOC Edmundo Bittencourt, localizado no bairro do Caju:

Figura 3 - EMOC Edmundo Bittencourt.



Fonte: Acervo dos autores.

A escola conseguiu alinhar seu projeto local à participação voluntária dos responsáveis na construção e manutenção das hortas, obtendo sucesso ao integrar professores e alunos ao seu espaço verde, onde seus alunos de primeiro segmento têm a possibilidade de plantar e colher alimentos que eles levam para suas casas. Desta forma, ela providência para seus alunos uma noção completa do ciclo de produção de seu alimento, da importância do meio ambiente e de tudo que o cerca e a comunidade escolar organizada alcança sua emancipação através de processos amplos e estruturantes.

A memória do projeto Hortas Escolares registra um processo de desafios, interlocuções, participação da Comunidade Escolar e a elaboração de adequações e soluções para cada situação encontrada ao longo deste breve percurso. Foram criados espaços de hortas orgânicas, hortas hidropônicas, hortas alternativas, hortas inclusivas e de jardins.

Parte destas experiências foram exibidas na Praça da República para marcar o encerramento do ano letivo, onde grupos de alunos apresentaram as atividades que foram postas em prática durante o ano.

Figura 4 - Encerramento do ano letivo.



Fonte: Acervo dos autores

A importância dos espaços verdes para a socialização escolar

A necessidade explorar e criar espaços educacionais na escola além da sala de aula tradicional, oportuniza espaços diversos que possam despertar a curiosidade e incentivar habilidade de observação, pesquisa e investigação dos alunos com o objetivo de gerar um conhecimento pertinente. Este é fundamental para um processo de ensino aprendizagem significativo. O incentivo depende da interação entre indivíduo e ambiente social, cultural e material, como orienta Illeris (2013).

Os alunos, quando expostos a situações com questões reais e envolvimento com a natureza, são capazes de desenvolver competências socioemocionais, como por exemplo uma melhor socialização nas relações estabelecidas dentro e fora do ambiente escolar.

Tais atividades promovem a prática do trabalho em equipe, e devem buscar que o aluno desenvolva um protagonismo, senso de pertencimento e reconhecimento de seu papel como sujeito social.

Este papel está relacionado à construção da sociedade e da relação com a natureza, e deve contribuindo para um melhor desempenho escolar deste aluno de forma mais significativa pautada na prática da vivência como estratégia metodológica relevante para a construção cognitiva de saberes e conhecimentos e que possa construir uma consciência crítica da realidade, para que estes conhecimentos levem a ações transformadoras.

Figura 5 – (Compostagem) Escola Municipal Marechal Esperidião Rosas



Fonte: Acervo dos Autores

A educação associada ao compromisso de repensar, constantemente, metodologias deve promover ações pedagógicas que reconheçam sua importância e incentive a observação e o diálogo sobre a relação do aluno com ele mesmo, a relação do aluno com as outras pessoas com quem convivem e a relação com a comunidade escolar. Estas relações contribuem tanto para a criação de vínculos importantes entre o aluno e a Escola, quanto para uma formação cidadã que oriente as necessárias observações e atuações dos diversos sujeitos sociais buscando a construção de uma sociedade menos desigual, mais tolerante e com maior bem-estar social.

O espaço verde pedagógico de hortas e jardins nas escolas representa um lugar propício para a realização de práticas

pedagógicas relevantes para a socialização, para a educação associada aos valores e princípios fundamentais. Tais valores e princípios são ratificados nas orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e valorizados no Plano Municipal de Educação do Rio de Janeiro (PME RJ). Estas ações são indissociáveis da política nacional de educação ambiental (PNEA) instituída com a lei 9.795/99, lei que foi resultado da luta de militantes educadores ambientais no país e que marcou o avanço da educação ambiental conforme Raymundo (2015).

A implicação dos alunos nas ações educativas realizadas nestes espaços verdes, como protagonista no processo, deve tornar a escola um lugar de transformação e mais acolhedor. Desta forma, nos utilizamos do importante papel da escola que é o de fazer a iniciação da pessoa no mundo através da educação, praticando uma intervenção motivada pela proposta de respeito ao meio ambiente, cujo resultado será uma vida melhor, mais harmoniosa e mais plena e mais humana (FERREIRA, 2015).

Hortas Pedagógicas

A introdução do espaço pedagógico da horta em escolas visa incentivar o uso de novas práticas, linguagens e vivências educacionais com o objetivo de tornar o processo de ensino aprendizagem mais dinâmico e atrativo, valorizando características próprias de espaços verdes pedagógicos como o cooperativismo, a capacidade de lidar com problemas do cotidiano, o protagonismo, o senso de pertencimento e a integração destes alunos com a natureza.

É de suma importância para a formação cidadã garantir a ampliação e fortalecimento dos conhecimentos sobre sustentabilidade e fomentar a maior interação, no processo de ensino aprendizagem, dos processos socioambientais que relacionem indivíduo, sociedade e natureza, promovendo a percepção dos alunos

de que fazem parte de uma ampliada comunidade de vida: alunos, animais e plantas. Consideramos fundamental que o cidadão a ser formado possa compreender que o meio ambiente é um bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Uma política educacional que envolva temas ambientais deve possuir como meta fundamental que seus alunos possam aflorar, conforme a “Pedagogia da terra” de Gadotti, “valores humanos fundamentais: a amizade, o respeito, a honestidade, a admiração, a ternura, a emoção, a solidariedade, a aproximação entre o simples e o complexo, a atenção, a leveza, o caminho, o desejo e o amor” (GADOTTI, 2000, p20), assim como contribuir para a melhoria do desempenho dos alunos da rede, tornando a escola um espaço mais acolhedor, capaz de formar cidadãos conscientes da importância sobre o respeito ao meio ambiente e de seu papel enquanto cidadão global no planeta, respeitando todo ser vivo e aprendendo a viver em equilíbrio com o planeta.

Hortas Escolares enquanto Política Pública

O Estado é considerado o instrumento político cujas sociedades procuram alcançar grandes objetivos. Ações de educação enquanto políticas públicas precisam ser eficientes e de qualidade para assim atenderem às demandas da sociedade, como afirma Oliveira, “com baixo custo, qualidade, e transparência atuando dentro da legalidade” (OLIVEIRA, 2012).

Políticas públicas são vistas como o Estado em ação, atuando através de programas ou de ações voltadas para setores específicos da sociedade (HOFLING, 2001). Através de políticas públicas construímos e aplicamos conhecimentos importantes para a resolução de problemas concretos da sociedade. As políticas públicas são respostas a problemas da sociedade, cuja formulação e

implementação depende de um processo dinâmico e complexo correspondendo às aspirações ou valores de determinada sociedade para atingir um determinado objetivo (LOPES, 1995).

Pensando de maneira instrumental, devemos considerar que as políticas públicas representam necessariamente algum tipo de simplificação de problemas e sua articulação depende de janelas de oportunidades. Quando um problema ganha importância se abre uma janela de oportunidade e as suas soluções propostas conseguem mais êxito se também obtém aceitação política, pois a falta de aceitação política a torna menos viável (PARADA, 2006).

Consideramos que a essência conceitual de uma política pública é o problema público, vemos um problema público como a diferença entre uma “situação atual” e uma “situação ideal possível”, ela estrutura uma forma de solução para um problema, e os programas, planos e projetos são seus elementos de operação (COELHO; PIRES; SECHI, 2019).

Vivemos em uma sociedade cada vez mais afetada pelos efeitos do desgaste ambiental, onde ações de mitigação e adaptação são a cada ano mais necessárias, cidades possuem regiões que são desertos alimentares e problemas com a poluição e saneamento básico, junto a isso enfrentamos os desafios propostos pela crise do COVID 19. Percebemos uma série de problemas que podem ter um início de resposta pelo Estado em forma de políticas públicas, favorecidas pela presença de uma agenda positiva tanto formal, quanto da mídia.

Nos referenciamos a Sorrentino ao considerar que a educação ambiental “visa a deflagração de processos nos quais a busca individual e coletiva por mudanças culturais e sociais estão dialeticamente indissociáveis” (2005). A necessidade de construir uma sociedade com consciência ambiental através da viabilização de um contato mais próximo dos estudantes com a natureza, a possibilidade de propor um desemparedamento dos alunos e

professores, promovendo a possibilidade de atividades em espaço aberto pode contribuir diretamente com o desempenho e interesse dos alunos e que pode ser visto como uma resposta para a redução do contágio nas escolas, assim como abrir uma janela para temas como a alimentação saudável e consciência ambiental, formando uma sociedade mais atenta a estas questões e ciente de sua importância.

Um projeto de cunho ambiental e educacional como o Hortas Escolares estimula e depende de uma integração intersetorial. Consideramos como fundamental o Tratado de Educação Ambiental elaborado a partir da I e II Jornadas internacionais de educação ambiental. Tal documento tem sido usado como base para a criação de políticas públicas na área da educação ambiental por exemplo: PNEA¹ em 2009, o ProNEA² em 2004 e o ProFEA³ em 2006.

Em consonância com a Lei N° 6.362/2018, de autoria do poder Executivo municipal que aprovou o Plano Municipal de Educação do Rio de Janeiro, um projeto como este contribui enquanto política pública para a melhoria da qualidade da educação na Rede Pública Municipal de Educação ao promover os princípios fundamentais do respeito aos direitos humanos e a sustentabilidade socioambiental segundo os incisos IV e X da referida lei.

Buscamos proporcionar a reflexão sobre produção, consumo, alimentação e descarte consciente de resíduos, como o reaproveitamento de cascas de frutas e legumes através da prática de compostagem escolar colaborando também para a redução de emissão de resíduos sólidos para unidades de tratamento de lixo. Isso propicia com que o aluno consiga fazer uma leitura de mundo capaz de compreender o espaço, o tempo, a natureza e o meio ambiente a partir da totalidade da vida (FERREIRA, 2015) e compreender que é preciso superar as injustiças ambientais da desigualdade social, da

¹ Política Nacional de Educação Ambiental.

² Programa Nacional de Educação Ambiental.

³ Programa Nacional de Educadores e Educadoras Ambientais.

“apropriação capitalista e funcionalista da natureza e da própria humanidade” (SORRENTINO, 2005, p285).

Quando observamos que muitas destas escolas estão localizadas em lugares considerados como desertos alimentares, que significam locais onde o acesso a alimentos *in natura* ou minimamente processados é escasso ou impossível (DURAN, 2013) faz-se necessário empoderar estas comunidades e alunos.

Hortas em escolas não parecem uma prática inovadora, entretanto, aplicada de maneira estruturada em uma rede de ensino, possibilita movimentar tal rede de maneira positiva. Fornecer cursos de formação para os professores interessados e possibilitar espaços para trocar de experiência e vivências pode agir como um propulsor para a criatividade docente. É o caso da Escola Oswald Teixeira, localizada na 5ª CRE que venceu a fase regional da 10ª Olimpíada Brasileira de saúde e meio ambiente (OBSMA) com um projeto de compostagem produzido por seus alunos.

A promoção da Educação Ambiental em instituições de ensino é garantida pela Lei Federal Nº 9.795 (PNEA), de 27 de abril de 1999, ratificada no registro da resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE 4/2010) e no PME RJ. A criação de espaços verdes pedagógicos de hortas e jardins nas escolas fortalece e privilegia a prática educacional que visa à relação da humanidade com a natureza e o fomento da educação ambiental. Estes espaços podem ser considerados um laboratório vivo que favorece a prática docente e os propósitos de observação, investigação, pesquisa e vivência para a internalização significativa de conhecimentos.

Considerações finais

O processo de sensibilização, incentivo à curiosidade e à investigação, promoção do senso de pertencimento e protagonismo e da oportunidade de vivências significativas e, portanto,

contextualizadas são peças-chaves para o desenvolvimento cognitivo, para a efetiva realização da prática pedagógica que faça sentido para o aluno e torne atrativo o espaço escolar.

O fomento da educação para temas ambientais demonstra um importante valor pedagógico por representar uma confluência entre diversos saberes e linguagens metodológicas. Projetos como o Hortas Escolares registram um fazer dinâmico e potencial para a vivência dos estudantes, com a capacidade de despertar a curiosidade necessária para a construção de um conhecimento pertinente e duradouro.

Espaços verdes pedagógicos de hortas e jardins utilizados na prática pedagógica são, significativamente, capazes de fortalecer a identificação entre a escola e o aluno, assim como, possuem a aptidão afirmativa de recuperar áreas no espaço escolar por meio da ação protagonista, o que gera pertencimento e criatividade. Estes são fatores importantes para a construção de uma aprendizagem significativa. Criar espaços verdes pedagógicos na escola é criar laboratórios vivos e eficazes para dar mais um passo na busca da educação de qualidade.

Referências Bibliográficas

BARROS, M. I. A (ORG) Desemparedamento da infância: a escola como lugar de encontro com a natureza. Rio de Janeiro: Alana, 2018.

BRANDÃO, C.R (Org.) Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. A educação popular na escola cidadã. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BRASIL. Mapeamento dos desertos alimentares do Brasil. Brasília, CAISAN, 2018.

_____. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 4, de 13 de julho de 2010. Define as Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância. Brasília: Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], 14/jul, 2010. Seção 1, p. 824.

_____. Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9795. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 27 abr. 1999.

COELHO, F.S; PIRES, V; SECCHI, L. Políticas Públicas, conceitos, casos práticos, questões de concurso. 3ª ed. São Paulo, SP, Cengage, 2019.

DURAN. A. Ambiente Alimentar urbano em São Paulo. In. Brasil: avaliação, desigualdades e associação com consumo alimentar. São Paulo, SP: Faculdade de saúde pública, Universidade de São Paulo; 2013.

FANTI, A.C. Horta escolar e seu potencial Transformador. In ARRUDA, Luis Gustavo (Orgs.). Sustentabilidades, Gestão Pública e Hortas Escolares. Perspectivas diante da crise socioambiental. São Paulo (SP), 2020.

FERREIRA, L; TROVARELLI, R. A educação ambiental enquanto catalizadora de transformações na escola. In. RAYMUNDO, M. H; BRIANEZI, T; SORRENTINO, M. (Org.) Como construir políticas publicas de educação ambiental para sociedades sustentáveis? São Carlos: Editora Diagrama, 2015.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, M. Pedagogia da terra. São Paulo. Petrópolis, 2000.

_____. Pedagogia da Práxis. In. FRERRARO, L. (Org.) Encontros e caminhos: formação de educadores ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

HOFLING, E. M. Estado e Políticas (públicas) sociais. Caderno Cedes, ano XXI, nº55, nov. 2001.

ILLERIS, K. (ORG). Teorias Contemporâneas da aprendizagem. Porto Alegre, Penso, 2013.

LOPES, R.C.S. Políticas Públicas: Os governos e o meio ambiente no Brasil do século XIX. Cadernos EBAP, Rio de Janeiro, nº 76. Set. 1995.

OLIVEIRA, R. Gestão Pública: democracia e eficiência: uma visão prática e política – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

PARADA, E.L. Política y Políticas Publicas. In. FERRAREZI, E; SARAIVA, E. (Orgs.) Políticas Publicas: Coletânea. Brasília: ENAP, 2006.

RAYMUNDO, M.H; SILVA, L.F. Processo participativo de formulação de Política Publica Municipal de Educação Ambiental In. RAYMUNDO, M.H; BRIANEZI, T; SORRENTINO, M. (Org.) Como construir políticas publicas de educação ambiental para sociedades sustentáveis? São Carlos: Editora Diagrama, 2015.

RIO DE JANEIRO, Plano Municipal de Educação (PME). Lei Municipal N° 6.362/2018.

SARAIVA, E. (Orgs.) Políticas Públicas: Coletânea. Brasília: ENAP, 2006.

ZAGO, N; CARVALHO, M. P; VILELA, R. A. (Orgs.) Itinerários de Pesquisa: Perspectivas qualitativas em sociologia da educação. 2ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.